

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
ADMINISTRAÇÃO**

**A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL**

VITOR HENRIQUE FERNANDES

MARIANA-MG

2017

VITOR HENRIQUE FERNANDES

**A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a. DEBORAH KELLY NASCIMENTO PESSOA

MARIANA-MG

2017

F363i Fernandes, Vitor Henrique.
A importância e os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil [manuscrito] / Vitor Henrique Fernandes. - 2017.

27f.: il.: color; graf.; tabs.

Orientadora: Profª. MScª. Deborah Kelly Nascimento Pessoa.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Pequenas e médias empresas. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Mortalidade. I. Pessoa, Deborah Kelly Nascimento. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 334.012.65



FICHA DE APROVAÇÃO

VITOR HENRIQUE FERNANDES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Professora Dra. Deborah Kelly Nascimento Pessoa

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra. Deborah Kelly Nascimento Pessoa
Orientadora e Presidente da Banca

Professora Ma. Flávia Tomaz
Membro Avaliador

Professora Dra. Simone Aparecida Simões Rocha
Membro Avaliador

Mariana, 14 de dezembro de 2017.

RESUMO

Pretende-se neste artigo identificar a importância e os desafios das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) brasileiras na literatura. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de orientação qualitativa sobre o tema, usando palavras chave como norteadores da busca. Ressalta-se a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) na economia brasileira, uma vez que elas são as grandes geradoras de empregos no país. Estima-se de acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que até 2014 o Brasil contava com 9 milhões de MPEs, inseridas em diferentes meios e contextos sociais. Os resultados da pesquisa apontam que apesar de ser uma grande fonte para a economia, as MPEs ainda contam com um elevado nível de mortalidade e fracasso sendo ocasionados pelo próprio empreendedor, pelo negócio ou pelo ambiente. Além disso, também são apresentados os principais fatores de fracasso das MPEs brasileiras e algumas ferramentas necessárias de incentivos destinados aos empreendedores para maximizar as chances de sucesso, tornando-se menos suscetível ao encerramento precoce das atividades.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas, desenvolvimento econômico, mortalidade, fracasso.

ABSTRACT

This article intends to identify the importance and challenges of Brazilian Micro and Small Enterprises (MSEs) in the literature. For this, a bibliographical research of qualitative orientation was developed on the subject, using key words as guiding the search. It is important to point out the importance of micro and small enterprises (MSEs) in the Brazilian economy, since they are the great generators of jobs in the country. It is estimated according to the Brazilian Service of Support to Micro and Small Enterprises (SEBRAE) that until 2014 Brazil had 9 million MSEs, inserted in different media and social contexts. The results of the research indicate that despite being a great source for the economy, MSEs still have a high level of mortality and failure caused by the entrepreneur, the business or the environment. In addition, the main failure factors of Brazilian MSEs and some necessary incentive tools for entrepreneurs to maximize their chances of success are also presented, making them less susceptible to early closure of activities.

Keywords: micro and small enterprises, economic development, mortality, failure.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

DIIESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IR – Imposto de Renda

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MEI – Microempreendedor Individual

MGE – Médias e Grandes Empresas

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

PIS – Programas de Integração Social

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
2.1 Pequenas Propriedades no Brasil	9
2.2 Classificação e incentivos fiscais para as Micro e Pequenas Empresas.....	10
3. METODOLOGIA.....	12
4. UM BALANÇO DAS ATIVIDADES DAS MPES NA ECONOMIA BRASILEIRA	133
5. PRINCIPAIS FATORES DE FRACASSO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	255

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica e o crescimento da economia dos países em desenvolvimento, os chamados países emergentes, dependem em grande parte da vocação de criar empresas capazes de sobreviver gerando trabalho e renda para população de maneira sustentável. Assim, levando esses países a alcançar um nível superior de produção de bens e serviços, e se posicionar de forma estratégica na economia interna e externa (FERREIRA *et. al.*, 2012).

A partir da década de 1970 as MPEs passaram a ter sua importância ainda mais reconhecida, pois o governo passou a incentivar e promover sua criação, como, por exemplo, a Lei do Simples Nacional, passando com isso a inclusão os tributos englobados pelo regime tributário diferenciado o ICMS e o ISS (PESSOA *et. al.*, 2016).

Nos últimos anos vem, crescendo a importância das MPEs para a economia brasileira em diversos níveis, sejam políticos, industriais e socioeconômicos, já que esse segmento apresenta participação bastante significativa na geração de empregos. No ano de 2013, as MPEs representaram 99% dos estabelecimentos, 41,1% da massa salarial e 52,1 % de empregos privados não agrícolas formais, também durante este período, a cada R\$ 100,00 recebidos pelos trabalhadores do setor privado não agrícola, cerca de R\$ 40,00 foram pagos por MPEs (SEBRAE, 2014; DIEESE, 2014).

A criação da Lei do Microempreendedor Individual (MEI) é de grande importância para o segmento de MPEs no Brasil. O MEI formaliza as unidades produtivas impactando as condições de trabalho, que em tal segmento são marcadas pela informalização, sem proteção e garantias aos direitos previdenciários, trabalhistas e sociais (SANTOS *et. al.*, 2012). Buscando reduzir a burocratização, a tributação enquadra-se no Simples Nacional, tornando-o isento de vários tributos federais, como o PIS, COFINS, CSLL e IR, paga-se apenas um valor fixo mensal que é atualizado anualmente com base no salário mínimo vigente. Com o pagamento em dia, os MEI possuem direito ao auxílio maternidade, aposentadoria e auxílio acidente (PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI, 2017).

De acordo com o Portal Brasil (2014) no ano de 2010, 58% das empresas de pequeno porte fecharam as portas antes de completar cinco anos. Em relação a 2009, este índice era de 62%. Entre os principais motivos descritos pelos empreendedores estão a falta de clientes (29%), capital (21%), concorrência (5%), burocracia e os impostos (7%).

Desse modo, o principal objetivo deste trabalho é identificar a importância e os desafios das MPEs brasileira. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de orientação qualitativa sobre o tema, usando palavras chave como norteadores da busca.

Os resultados da pesquisa indicam fatores de fracasso das MPEs brasileiras e ferramentas e incentivos destinados aos empreendedores para maximizar as chances de sucesso, assim ficando menos sucessível ao encerramento precoce das atividades.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pequenas Propriedades no Brasil

Ainda se sabe muito pouco sobre a respeito das origens das pequenas empresas brasileiras, apesar de as pequenas e médias empresas serem temas de diversos trabalhos acadêmicos. Prado Jr (1945), cita que no começo do século XVI apenas a grande indústria açucareira era viável no país, para o referido autor a pequena propriedade sempre esteve presente desde a atividade produtiva colonial.

Nos primeiros séculos de exploração brasileira, a única forma de exploração no Brasil era em larga escala de produtos com grande valor comercial, como o tabaco, algodão, açúcar, borracha, entre outros, e quando as pequenas propriedades apareceriam, apenas ocasionalmente, não representava papel relevante para a economia. No final do século XVIII surgiram diversas pequenas propriedades no Nordeste, incentivada pelo governo português e impulsionados pela produção de algodão, em substituição a já decadente agricultura da cana-de-açúcar (ANDRADE, 2002 *apud* SOUZA *et. al.*, 2007). Em 1785, foi tão grande a demanda para abertura de pequenas empresas de algodão, que houve uma crise de abastecimento alimentício, sendo assim, foi necessário medidas de proibição para o cultivo de algodão, o que levou os pequenos agricultores a retornarem o cultivo da mandioca e de outros alimentos. Segundo Palácios (2002) a pequena empresa brasileira tinha participação fundamental na economia principal, não se resumindo apenas às atividades de segundo plano e de apoio.

No início do século XIX, existia muitos relatos de viajantes e artistas que percorriam os estados brasileiros sobre as atividades desenvolvidas pelos pequenos empreendedores. Eles eram responsáveis pelo cultivo de gêneros alimentícios consumidos na Europa, como inhame, cará, banana, manga, entre outros, e era através destes pequenos agricultores que eram

abastecidas as cidades coloniais de Salvador, Recife, Mariana, Sabará e Rio de Janeiro (PRADO JR., 1945).

Somente a partir do século XIX, as pequenas propriedades começam a tomar impulso, devido ao crescimento populacional, desagregação do regime civil, crises decorrentes pelo sistema da grande exportação e a decadência de algumas regiões do país. As pequenas propriedades se desenvolveram em larga escala nas regiões de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (PRADO JR., 1945).

As primeiras MPEs se localizavam em São Paulo, e atuavam nos setores de manufatura, serviços, agricultura, transporte e comércio. Nos anos de 1970 e 1980, em razão do elevado número de desempregados, os pequenos negócios passaram a ser alternativas para contratação de mão de obra, surgindo assim as aberturas das MPEs, e alavancando a economia brasileira, conhecido como o “milagre econômico” (SILVA *et. al.*, 2015).

2.2 Classificação e incentivos fiscais para as Micro e Pequenas Empresas

As MPEs por possuírem grande importância na geração de emprego e também como fornecedora para empresas de grande porte, recebem tratamento diferenciado por parte dos governos. Buscando assim capacitá-las para que possam resistir à competição de empresas nacionais e internacionais, tais incentivos dizem respeito à créditos subsidiados, empréstimos com condições favoráveis, programas especiais de financiamento, apoio institucionais aos investimentos em inovação, entre outros (MATESCO *et. al.*, 2000).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) classifica as MPEs pelo número de pessoas ocupadas (Tab. 1) na empresa, e pela receita bruta anual (Tab. 2).

Tabela 1 - Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas

Porte	Atividades econômicas	
	Serviço e Comércio	Indústria
Microempresa	Até 09 pessoas ocupadas	Até 19 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 20 a 99 pessoas ocupadas
Média empresa	De 50 a 99 pessoas ocupadas	De 100 a 499 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 100 pessoas	Acima de 500 pessoas

Fonte: Sebrae (2014).

Tabela 2 - Critério para classificação do porte da empresa quanto a Receita Bruta Anual

Porte	Receita Bruta Anual
Microempreendedor Individual	Até R\$ 60.000,00
Microempresa	Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte EPP	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

Fonte: Sebrae (2016).

O Governo Federal criou diversas leis de incentivo ao microempreendedor, como a Lei nº 7.256 de novembro de 1984, que foi o primeiro estatuto da microempresa. Dentre as leis mencionadas anteriormente destaca-se: a inclusão das MPES na Constituição Federal de 1988, Art. 179; a Lei nº 9.317 de 05 de dezembro de 1996 que instituiu o Simples Nacional, Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e por fim a Lei nº 9.841 de 05 de outubro de 1999, que passou a instituir o segundo estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte.

O fórum permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi estabelecido pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, elaborada com ampla participação da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo e desde quando foi instaurada já atravessou quatro rodadas de alteração. A Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 possui o constante objetivo de colaborar para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

O Microempreendedor Individual (MEI) é um programa de incentivo para a formalização de empreendedores que fature no máximo até 60.000,00 por ano, e a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008 criou diversas vantagens para este pequeno empresário, como: o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), facilitando assim a abertura de contas bancárias e a emissão de notas fiscais. Além disso o MEI se enquadra no Simples Nacional e a partir daí fica isento de vários tributos federais, como PIS, COFINS, IPI, CSLL e IR. E paga um valor fixo mensal que é atualizada anualmente com base no salário mínimo vigente. Nestes valores são cobrados R\$ 47,85 para indústrias e comércios, R\$ 51,85 para serviços, destinando-se tais valores para a Previdência Social e ao ICMS. Com o pagamento em dia os MEI possuem direito ao auxílio maternidade, aposentadoria e auxílio acidente (PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI, 2017).

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido baseado em pesquisa bibliográfica, sistematizado com material acessível ao público, como revistas eletrônicas, literatura acadêmica, dissertações, índices governamentais e artigos científicos.

A revisão bibliográfica é o fundamento que ampara todo o plano de pesquisa, pois é através desse referencial teórico que o pesquisador se atualiza sobre o assunto indicado e aumenta seus conhecimentos teórico e intelectual. É importante ressaltar que a pesquisa deve induzir a uma abordagem reflexiva e crítica sobre o assunto. Uma pesquisa deve proporcionar a avaliação do assunto sob um enfoque novo ou com uma abordagem diferenciada, levando a novas conclusões (ALYRIO, 2009).

A pesquisa bibliográfica teve orientação qualitativa, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (1996), se trata de uma pesquisa que tem como princípio analisar e esclarecer aspectos mais profundos, de maneira a descrever a complexibilidade do comportamento humano. Ainda nessa mesma vertente, segundo Triviños (1987) o uso da descrição qualitativa, busca captar a aparência do fenômeno e também suas propriedades, tentando investigar sua origem, relações e variações afim de prever as consequências.

As principais plataformas de busca utilizadas na pesquisa foram: ANPAD, SPELL, Google Acadêmico, SCIELO, Periódicos CAPES. A pesquisa qualitativa realizada baseou-se na busca em palavras chave como: Mortalidade das MPEs; Empreendedores; Dificuldades das MPEs; Desenvolvimento econômico; Ciclo de vida MPEs; Economia; Incentivos às MPEs; Geração de empregos; Falência empresarial; Cenário empresarial; Simples Nacional. A quantidade de artigos utilizados com os respectivos anos de publicação na Tabela 3.

Tabela 3 - Artigos encontrados e utilizados na pesquisa

Ano de publicação	2000	2002	2006	2007	2012	2013	2015	2016	2017
Quantidade	1	1	1	2	4	2	1	2	1

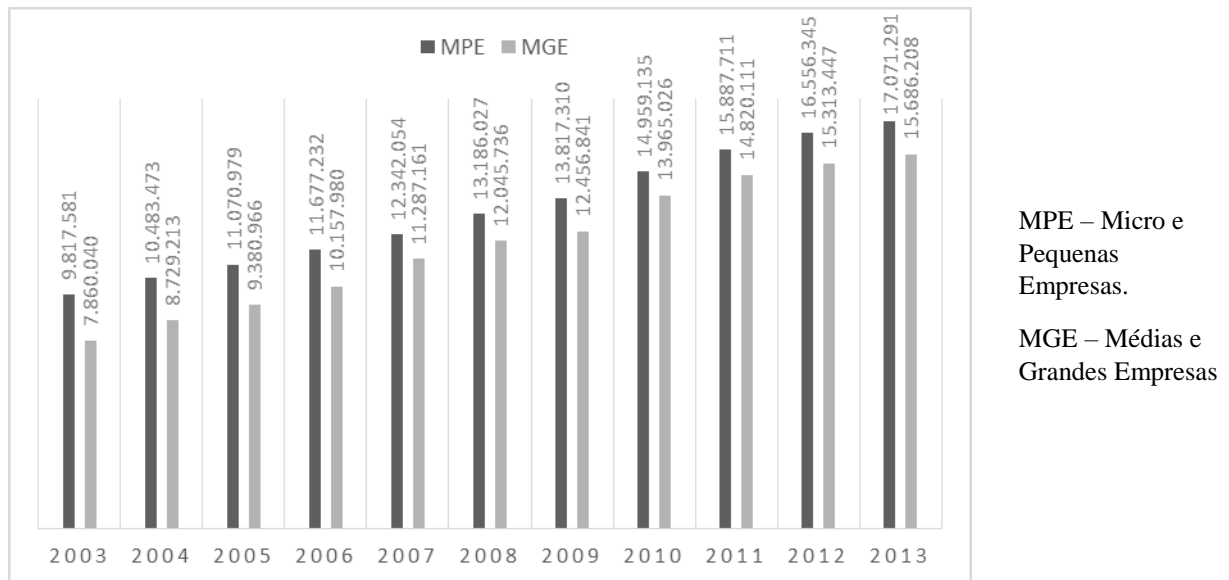
Fonte: elaborado pelo próprio autor.

De acordo com o material adquirido com a revisão bibliográfica, foi possível explorar de forma ampla o objeto de estudo deste trabalho, obtendo informações históricas, econômicas, governamentais e gerenciais sobre as MPes brasileiras.

4. UM BALANÇO DAS ATIVIDADES DAS MPES NA ECONOMIA BRASILEIRA

Em dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Sebrae, o anuário do Trabalho na MPE (2014), informando que entre os anos de 2003 a 2013, as MPes geraram 7,3 milhões de empregos com carteira assinada, elevando desta forma a criação de 17,1 milhões de novos postos de trabalho em 2013, e que no ano de 2003 representava 9,8 milhões. O Gráfico 1, faz um comparativo das evoluções de empregos gerados pelas MPE e pelas médias e grandes empresas (MGE), correspondente aos anos de 2003 a 2013, nos setores da indústria, construção, comércio e serviços.

Gráfico 1 - Evolução do nº de empregos por porte de estabelecimento no Brasil - anos de 2003 a 2013 (nº absolutos)



Fonte: MTE, Rais (2014).

O Gráfico 1 evidencia a importância das MPes na geração de empregos no país no comparativo de 2003 até 2013. Em todos os anos as MPes representaram uma parcela maior no número de empregos formais efetivados, sendo que no ano de 2013 elas possuíam

aproximadamente 1,3 milhões a mais de empregados que as MGE (Médias e Grandes Empresas). E um dos motivos dessa superioridade, vem do crescimento exponencial e dos incentivos das MPEs nos últimos anos.

As MPEs são de fundamental importância para a economia brasileira, especialmente nos setores tecnológicos e tradicionais, elas estão inseridas em áreas de concorrência e também em áreas onde ocorre maior contratação (DAHER *et. al.*, 2012).

Para Oliveira e Oliveira (2006), as MPEs são de importância para a economia brasileira devido ao fato de servirem como um “colchão amortecedor” para o desemprego. Tais empreendimentos são uma opção para a criação de empregos formais informais para uma pequena parcela da população, que não se encaixam em empresas de maior porte por possuírem baixa qualificação profissional.

De acordo Sebrae (2015), 50,9% das MPEs estão localizadas na Região Sudeste, 22,3 % estão no Sul e 15,8 % na Região Nordeste. Minas Gerais é o segundo Estado com maior número de MPEs, possuindo assim 11,1%, ficando atrás apenas de São Paulo, com registro 30,5% MPEs. Os outros estados são Rio Grande do Sul, com 9,1% e Paraná, com 7,8%.

Em levantamento realizado anualmente pela Deloitte, empresa especializada em auditoria e consultoria empresarial e divulgada em parceria com a revista Exame PME (2014) foram identificadas 250 MPEs que mais crescem no país. Podendo ser destacados os seguintes setores descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - MPEs que mais crescem no Brasil

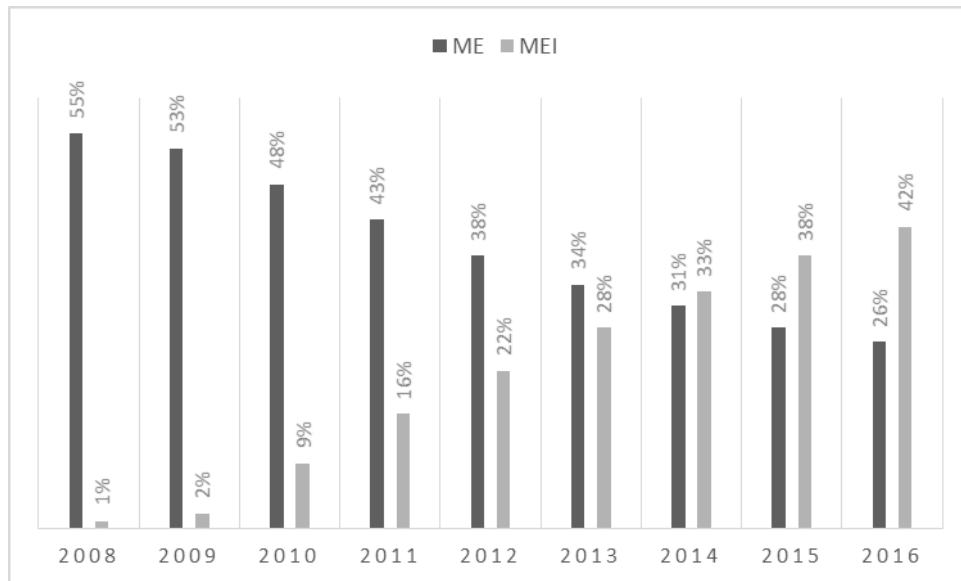
Tecnologia da informação	Das empresas que mais crescem 27% são deste setor;
Construção	Apesar de ser uma área dominada por grandes empresas, as MPEs também conquistaram sua fatia no mercado, o que corresponde a 14% de crescimento;
Comércio	Correspondem a 6% nas vendas de tratores e notebooks;
Transporte e logística	engloba uma sequência de atividades que beneficiam as MPEs, como transporte para bancos;
Indústria química	Antes controlada apenas pelas grandes

	empresas, hoje chega para as MPEs como oportunidades de crescimento para as envolvidas em produtos petroquímicos e fertilizantes, por exemplo.
Máquinas, equipamentos e ferramentas	O grande destaque no setor é a empresa Welle Laser, ligadas a equipamentos que envolvem laser, que teve um crescimento de mais de 1500% entre os anos de 2011 a 2013;
Telecomunicações e eletroeletrônicos	Representam 5% das MPEs que mais crescem no país;
Saúde	Nestas estão incluídas as MPEs que atuam tanto na indústria farmacêutica, como a negócios relacionados à tecnologia para melhorar os serviços de saúdes prestados.
Outros	24 % do crescimento das MPEs estão distribuídos entre as áreas de higiene e limpeza, veículos e autopeças, siderurgia e metalurgia, roupas e calçados, segurança, comunicação, locação de máquinas e equipamentos, entre outros.

Fonte: Adaptado de Revista Exame (2014).

Dentre as micro e pequenas empresas abertas no país, a que tem tido o maior número de inscrições são dos microempreendedores individuais (MEI), desde sua criação em 2008, o país já conta 6,7 milhões MEIs. O Gráfico 2 mostra a evolução das MEI no decorrer dos anos, começando em 2008.

Gráfico 2 - Evolução da criação de MEIs no país



Fonte: Empresômetro (2016).

Esta é a maneira mais simples para se abrir uma empresa no Brasil. Além de trazer benefícios fiscais o MEI também traz diversos outros, segundo o Portal do Empreendedor (2016), são eles:

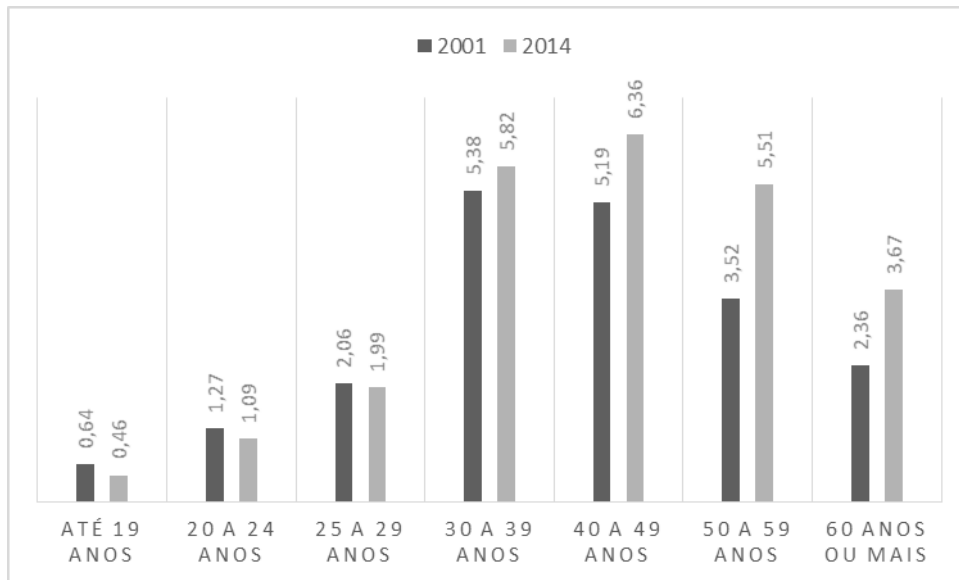
- Menor custo com funcionamento: o MEI pode ter apenas um empregado e saí mais barato;
- Sem taxas de registro: apenas é necessário o pagamento do boleto mensal, nada mais;
- Não é burocrático: tudo pode ser resolvido pelo portal do microempreendedor, como declaração anual, alterações com endereço, atividades econômicas, emissão de guias para pagamento, entre outros;
- Compras e vendas em conjunto: com outras empresas;
- Menos tributação;
- Controles mais simples: não havendo necessidade de contador;
- Serviços gratuitos: conta com uma série de empresas que pode prestar serviços sem custos.

Segundo dados do Sebrae (2016) o país conta com 99% das empresas de micro e pequeno porte, e quase a totalidade dos que trabalham por conta própria também atuam em pequenos negócios.

Segundo a pesquisa do IBGE entre os anos de 2001 a 2014 e divulgados pelo IBGE em 2016 como mostra o Gráfico 3, o número de empregados por conta própria cresceu 22%, no mesmo intervalo houve uma redução de donos dos negócios até 29 anos, uma redução que

chega a 12,5%. O grande crescimento dos donos dos próprios negócios é verificado pela faixa etária de 50 a 59 anos correspondendo a 57% e o número de idosos com mais de 60 anos correspondeu a uma elevação de 56%.

Gráfico 3 - Número de pessoas com negócios no Brasil, comparativo entre os anos de 2001 a 2014



Fonte: Sebrae, 2016.

Para os pesquisadores do IBGE, a participação de pessoas mais velhas que se tornam donas dos negócios no século XXI está relacionada ao baixo índice de fecundidade, o que ocasiona o envelhecimento mais amplo da população, isso ainda está aliado ao aumento da expectativa de vida, tornando assim os níveis dos mais jovens donos dos negócios bem menor se comparado às pessoas mais velhas. Além destes motivos, os jovens estão cada vez mais procurando se especializar e adentrar nas faculdades de ensino superior, assim prorrogando a iniciativa de empreender. Muitas pessoas que se aposentaram tendem a abrir o próprio negócio para aumentar a renda da família e não ficar ociosos, e também aqueles que foram demitidos de empresas, muita das vezes encontram uma solução empreendendo e abrindo seu próprio negócio de acordo com sua experiência profissional adquirida ao longo da vida.

5. PRINCIPAIS FATORES DE FRACASSO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS

A taxa de mortalidades nas MPEs a muito tempo é objeto de estudo de diversos pesquisadores. Em pesquisa realizada no final da década de 1930 baseado em dados da empresa *Dun & Bradstreet*, mostrou que mortalidades em pequenas empresas nos EUA chegava a 77,6% no final do terceiro ano de existência. E os principais motivos que acarretavam tamanha mortalidade era entre outros motivos, falta de infraestrutura, instabilidade política e falta de mão-de-obra especializada (FERREIRA *et. al.*, 2012).

No que se refere ao contexto brasileiro, ainda não são encontrados muitos estudos sobre a mortalidade de MPEs e também não são encontradas sistematizações sobre o assunto (FERREIRA *et. al.*, 2012). Mas ainda assim é possível encontrar alguns autores que discorrem sobre o tema, indicando que, a falta de habilidade administrativa, financeira, tecnológica ou mercadológica do empreendedor, está entre as causas de insucesso nas MPEs.

Nogueira e Oliveira (2013) destacam que as políticas públicas para o setor precisam de atentar para a pluralidade do público-alvo. Elas concentram-se em mecanismos baseados em modelos tradicionais de créditos subsidiados e benefícios fiscais, que podem gerar dependência e desestímulo ao desenvolvimento. Promovendo tratamento igual a organizações que são em sua essência extremamente diferentes e também desconsiderando o seu grau de maturidade organizacional. As políticas deveriam considerar o perfil do empreendedor e de seu empreendimento, a diversidade de oportunidades e as áreas de atuação, bem como promover a qualificação, a assistência técnica, a expansão do crédito e acesso aos mercados.

Contudo, nos últimos anos, o Brasil tem lidado com uma recessão econômica proveniente da alta da inflação, da taxa juros e do endividamento das famílias, resultando na queda do consumo. Como reflexo dessa crise econômica, o número de demissões das MPEs em 2015 foi maior que o número de contratações (SILVA *et al.*, 2017).

De acordo com Ferreira *et. al.* (2012) vários fatores contribuem para a mortalidade precoce das MPEs, esses fatores apontam em várias direções e se baseiam nas causas apontadas na literatura, conforme indica o Quadro 1.

Quadro 2 - Classificação dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce

1-O empreendedor	2-O negócio	3-O ambiente externo
<ul style="list-style-type: none"> • Competência na gestão empresarial; • Experiência no ramo; • Nível de escolaridade; • Profissionalização da relação com sócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao crédito; • Mão de obra qualificada; • Planejamento estratégico; • Suporte jurídico e contábil; • Qualidade produtos e serviços; • Inovação produtos e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia legal e fiscal; • Competição dos concorrentes; • Demanda dos clientes; • Fornecedores, representantes; distribuidores e parceiros; • Carga de impostos e tributos;

Fonte: Ferreira *et. al.*, 2012.

De acordo com o Quadro 2, acredita-se que parte dos fatores contribuintes para a mortalidade das empresas possa ser suprido com um minucioso planejamento estratégico antes de iniciar as atividades da empresa, sendo capaz de identificar ameaças e oportunidades no ramo em que deseja atuar. O empreendedor possui várias ferramentas que devem ser utilizadas na decisão de abrir ou não um negócio, por exemplo, a realização do relatório de plano de negócios indicado pelo SEBRAE, cursos de qualificação, pesquisas de mercado e consultoria profissional.

Já, o SEBRAE (2014) aponta que os principais fatores que favorecem a mortalidade das MPÉs são a falta de capital ou lucro, planejamento prévio, gestão empresarial, comportamento empreendedor, capacitação dos donos em gestão empresarial e situação antes da abertura.

O Quadro 3 mostra uma pesquisa dos fatores de fracasso em duas empresas (A, B), sendo elas microempresas situadas na região sudeste que haviam encerrado suas atividades. Investigou-se a trajetória das empresas e os fatores que as levaram ao fracasso. Foram utilizadas três categorias para análise: trajetória das empresas, fatores que levaram as empresas a fracassarem e repercussões do fracasso na vida dos gestores (SILVA *et. al.*, 2017).

Quadro 3 - Fatores de fracasso nas três empresas pesquisadas

Fatores de Fracasso	Empresa A	Empresa B
Falta de planejamento	Sim (principal fator)	Sim (não havia planejamento)
Ausência de controle financeiro	Sim (não havia controle)	Sim (não havia controle) (principal fator)
Inexperiência dos Gestores	Não (inexperiente)	Não (inexperiente)
Falta de conhecimento administrativo dos gestores	Não (não tinha conhecimento)	Não (não tinha conhecimento)
Dependência dos Fornecedores	Sim (dependência era elevada)	Sim (dependência era média)
Necessidade de mão de obra especializada	Sim (Grande necessidade, mas difícil obtenção)	Não (Não necessitava)
Falta de apoio/incentivo do governo	Não (Obteve um crédito com taxa de juro mais baixa)	Não (Nenhum apoio)
Dificuldade de acesso a novas tecnologias	Não (Acesso a softwares, mas não a equipamentos de produção)	Sim (não conseguiu modernizar produção)

Crises	Sim (teve dificuldade em sobreviver)	Não (teve dificuldade em sobreviver)
Carga tributária alta	Sim (demitiu por causa desta)	Sim
Carência de suporte contábil e jurídico	Não (Tinha suporte jurídico e contábil)	Não (Tinha suporte contábil)
Ausência de controle de fluxo de caixa	Não (Não havia controle)	Sim ("Era muito bagunçado")
Concorrência	Sim (Com empresas chinesas)	-

Fonte: Adaptado de Silva *et. al.*, 2017.

De modo geral, o Quadro 3 apresenta que as empresas não possuíam planejamento e controle financeiro, os gestores eram jovens e inexperientes e não tinham conhecimento administrativo, não houve suporte do governo, tiveram que lidar com a concorrência além de outras questões (SILVA *et. al.*, 2017). Percebe-se que no entendimento dos gestores, muito dos motivos que causam a mortalidade das empresas descritos pela literatura e especialistas do tema, não foram as causas que levaram ao fracasso de suas empresas, como por exemplo, a inexperiência dos gestores, falta de conhecimento administrativo, falta de apoio do governo. Assim contradizendo os estudos realizados até o momento, dificultando a apuração correta dos fatores de encerramento das atividades.

Lemes Júnior (2010, *apud* OLIVEIRA *et. al.*, 2016) afirma que o empreendedor deve tomar certos cuidados ao abrir um negócio e aponta que os erros mais recorrentes provêm principalmente da falta de conhecimento de mercado, falta de planejamento, da pressa e do exagero de confiança, tais como demonstrado pelo Quadro 4:

Quadro 4 - Fatores ligados a mortalidade das empresas

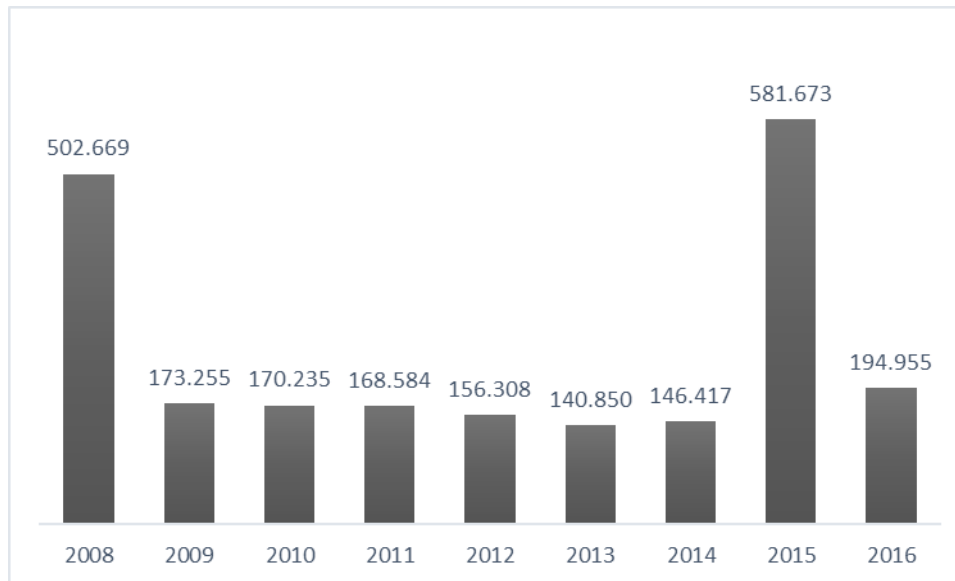
Desconhecimento total do negócio;	Crise econômica;
Desconhecimento do potencial de demanda e da concorrência;	Ausência de análise de quem serão os fornecedores;
Não possuir os recursos financeiros, matéria-prima ou capacitação;	Não contar com uma rede de relacionamento básica;
O local inadequado para aquele negócio;	Permitir a confusão patrimonial
Produto inadequado;	Escolha de sócios inadequados;
Falta de planejamento em relação a distribuição e a divulgação do produto ou serviço;	Questões legais resultantes da não legalização da empresa.

Fonte: Adaptado de Lemes Júnior (2010, *apud* OLIVEIRA *et. al.*, 2016).

É possível observar no quadro acima que alguns dos principais erros recorrentes pelos gestores e donos do negócio, podem ser evitados antes da abertura da empresa. Talvez por pressa ou por superestimar sua capacidade de gerir o negócio, acabam pulando etapas que são necessárias para uma empresa ser aberta com estrutura e capacidade produtiva. Conhecer bem os concorrentes do ramo em que deseja atuar, os fornecedores, o sócio, o produto no qual deseja explorar, entre outros, podem evitar o fracasso.

Em dados divulgados pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (2016), é possível ver ao longo dos anos quantas MPEs foram fechadas no Brasil, os dados são a partir do ano de 2008 até 2016 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Mortalidade das MPEs no Brasil de 2008 a 2016



Fonte: Adaptado do CNC (2016).

O gráfico acima apresenta que desde o ano 2009, a mortalidade das empresas teve uma linha de queda até o ano de 2013 devido ao crescimento econômico que o Brasil apresentou nestes anos. A partir de 2014, a crise econômica e governamental expande no Brasil, com a desvalorização da moeda (real), aumento da inflação e da taxa básica de juros, o que ocasionou a queda na renda da população e no endividamento recorde. Assim ocasionando este aumento tão drástico no fechamento das MPEs brasileiras, que em momentos de crise, são as mais afetadas.

Com isso, a interrupção do desenvolvimento econômico provoca mudanças na estrutura produtiva dos mercados. Esta mudança ocorre pelo fato de que, nos momentos de crise, as organizações que estão à frente no processo inovativo têm grandes chances de se manterem no mercado, enquanto as organizações que estão desatualizadas neste processo são obrigadas a saírem deste mercado. Desta forma, a redução no número de organizações implica a concentração da produção, acarretando assim barreiras à entrada de novas firmas em períodos de crescimento econômico (GARCIA, 2007).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central do artigo foi identificar a importância e os desafios das MPEs brasileiras na literatura. Para tanto, elaborou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema de

modo que os resultados possam servir de suporte aos empreendedores e aos responsáveis por políticas públicas e pelas agências de fomento e que os órgãos responsáveis busquem a criação de métodos e alternativas que evitem o encerramento precoce das micro e pequenas empresas, dando total apoio e suporte ao empreendedor antes da abertura do negócio, no decorrer e em funcionamento.

É inegável a importância destas empresas para a economia do Brasil, sendo o segmento que mais emprega no país atualmente, especialmente nos serviços e no comércio. Como demonstrado na pesquisa em questão, em 2014 as MPEs representaram 52,1% de empregos privados não agrícolas, 41,1% da massa salarial e 99% dos estabelecimentos são do setor. No entanto, a baixa produtividade e alta mortalidade prejudicam o papel de indutoras do desenvolvimento econômico dessas empresas. Devido à falta de planejamento e conhecimento do mercado, o nível elevado de concorrência, algumas vezes pouca variedade e inovação na prestação do mesmo serviço e pouco recursos econômicos para segurar uma crise acabam vindo a encerrar suas atividades.

A quantidade de MPE's crescem bastante no Brasil anualmente, muitas vezes abertas sem grande conhecimento de mercado e pouca experiência, buscando apenas muitas das vezes uma opção para aumento de renda. A falta de conhecimento é um dos fatores que mais prejudica os micro e pequenos empresários, que muitas vezes estão despreparados para conhecerem uma legislação tão ampla e para muitos de difícil entendimento, muitos desconhecem as leis, e abrem as empresas porque almejam oportunidade de possuírem independência financeira, e não desenvolvem nenhum plano de negócios.

Acredita-se que os principais fatores de fracasso das MPEs são listados no Quadro 5, baseando-se na pesquisa qualitativa e nas referências analisadas.

Quadro 5 – Principais Fatores de Fracasso das MPEs encontrados e analisados pela pesquisa.

Falta de clientes	Falta de capital
Concorrência	Impostos e Burocracia
Políticas públicas	Falta de conhecimento
Falta de Experiência no Ramo e em Gestão	Falta de planejamento estratégico
Falta de Suporte Jurídico e Contábil	Qualidade e inovação dos produtos e serviços
Fornecedores e Parceiros	Mão de obra especializada
Crises Políticas e Econômicas	Local Inadequado para o Negócio
Escolha dos Sócios	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O estudo identificou fatores que ocasionam o fracasso das MPE's, baseado em pesquisas realizadas de diversos autores e também em entrevista direta com gestores que tiveram seus negócios encerrados, e deparou-se com contradições referente aos estudos de especialistas e pesquisadores do assunto em relação as afirmativas dos gestores sobre os fatores que propiciaram o encerramento. Com isso, sugere-se que sejam desenvolvidos estudos futuros sobre o assunto.

Entretanto, o país vem lidando com uma recessão econômica proveniente da alta da inflação, da taxa juros e do endividamento das famílias, resultando na queda do consumo. Acredita-se que agora mais do que nunca, os órgãos competentes a criação e manutenção das MPE's devem elaborar políticas públicas em favor destes empresários, no sentido de dar suporte a crise econômica e política que vem se arrastando nos últimos anos, para que consigam manter o quadro de funcionários e desenvolver o negócio no intuito de gerar renda e criação de empregos aos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Empresômetro MPE**. 2016. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

DAHER, Denílson da Mata. *et al.* As Micro e Pequenas Empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**. 9., 2012, Resende. *Anais do IX SEGet*. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/54716865.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2016.

FERREIRA, Luís Fernando Filardi; *et al.* Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Revista Gestão & Produção**. São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, jul. 2012.

GARCIA, Júnior Ruiz. A importância dos Instrumentos de Apoio à Inovação para Micro e Pequenas Empresas para o Desenvolvimento Econômico. **Revista FAE**. Curitiba. v. 10, n. 2, p. 131-144, jul-dez. 2007.

GOVERNO FEDERAL. **Portal do empreendedor: MEI**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATESCO, Virene Roxo; *et al.* Mecanismos de apoio às micro e pequenas empresas brasileiras: o caso patme no período 1992-98. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, v.54, n.4, out-dez. 2000.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; OLIVEIRA, João Maria de. Da baleia ao ornitorrinco: contribuições para a compreensão do universo das micro e pequenas empresas brasileiras. **Radar:** tecnologia, produção e comércio exterior. Brasília, n.25, p. 7-18, abr. 2013.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Um estudo sobre a contribuição das micro e pequenas na geração de emprego e renda brasileira. **Revista FAE.** Curitiba, v.9, n. 1, p. 95-105, jan-jun. 2006.

OLIVEIRA, Walter Luiz de; *et al.* Mortalidade de micro e pequenas empresas: o que fazer pela sustentabilidade do empreendimento?. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo.** Curitiba. v. 1, n. 3, p. 129-150, set-out. 2016.

PALÁCIOS, Guilherme. A agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII. In: SZMNECSANYI, T. (Org.). **História econômica do período colonial.** São Paulo: HUCITEC, p.35-34, 2002.

PORTAL BRASIL. **Sobrevivência e mortalidade,** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PORTAL GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. **O que é lei geral,** 2017. Disponível em: <<http://www.leigeral.com.br/o-site/o-que-e-a-lei-geral>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN José Dari; CALIXTRE, André Bojikian. (Orgs) **Micro e pequenas empresas:** mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SANTOS, Emanuel Alves dos; SILVA, Carlos Eduardo. Os modelos de plano de negócios e sua relevância para sustentabilidade das micro e pequenas empresas. **Revista Brasileira de Administração Científica.** Aquidabã, v.3, n.1, jan-jun. 2012.

SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Unidade de Gestão Estratégica – UGE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira,** jul. 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20mic%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016

SEBRAE Nacional. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Relatório executivo. 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e55cdb1932bc40120b21bf4d277bb6ea/\\$File/5307.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e55cdb1932bc40120b21bf4d277bb6ea/$File/5307.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2016.

SILVA, Anderson Borges da; *et al.* Desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, v.12, n.1, 2015.

SILVA, Stefânea de Santa Anna; *et al.* **Fracasso Empresarial**: Repercussões Profissionais e Sentimentais. In: Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2017, São Paulo.

SMPE – Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. **Fórum permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. 2014. Disponível em: <<http://www.smpe.gov.br/assuntos/forum-permanente>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SOUZA, Wendel; QUALHARINI, Eduardo. O planejamento estratégico nas Micro e Pequenas Empresas. In: **WORKSHOP GESTÃO INTEGRADA: RISCOS E DESAFIOS**, 3., 2007. São Paulo. *Anais do III Workshop Gestão Integrada*. São Paulo: Centro Universitário Senac, 2007. Disponível em: <<http://www.sp.senac.br/pdf/24848.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2016.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.